

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara

TC 000.732/2014-1

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Unidades: Município de Formosa da Serra Negra/MA e Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

Responsável: Enésio Lima Milhomem (CPF 406.257.883-20).

Advogado: não há.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TERMO DE COMPROMISSO. OMISSÃO DE CONTAS. REVELIA. IRREGULARIDADE DAS CONTAS, DÉBITO E MULTA.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução elaborada pelo auditor federal de controle externo da Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA, com a qual se manifestaram de acordo o dirigente daquela unidade e o representante do Ministério Público junto ao TCU – MPTCU (peças 9/11):

“INTRODUÇÃO

1. Trata-se de tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas do Termo de Compromisso 879/2008 (Siafi 640480), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS e o Município de Formosa da Serra Negra/MA para a execução de sistemas de abastecimento de água.

HISTÓRICO

2. Neste Tribunal, de posse dos elementos até então presentes nos autos, por meio da instrução consignada à peça 3, corroborada pela Unidade Técnica à peça 4, foi possível promover a citação da responsável, Sr. Enésio Lima Milhomen no tocante às seguintes irregularidades:

2.1. omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos do Termo de Compromisso TC/PAC 789/08, para a execução de sistema de abastecimento d’água em povoados do Município de Formosa da Serra Negra/MA, celebrado entre a municipalidade e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6/9/2010	100.000,00
6/9/2010	150.000,00
31/8/2011	50.000,00
31/8/2011	200.000,00

3. A citação da Sr. Enésio Lima Milhomen foi realizada por meio do Ofício 1730/2014 TCU/SECEX-MA (peça 5), recebido pessoalmente pelo responsável, conforme Aviso de Recebimento que constitui a peça 6 dos autos.

4. Devidamente citado, o responsável solicitou prorrogação de prazo à peça 7, sendo atendido mediante despacho de expediente à peça 8. Contudo, manteve-se silente.

EXAME TÉCNICO

5. Regularmente citado, o responsável não compareceu aos autos. Operam-se, portanto, os efeitos da revelia, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

6. O efeito da revelia não se restringe ao prosseguimento dos atos processuais, como erroneamente se pode inferir do teor do mencionado dispositivo legal, vez que esse seguimento constitui decorrência lógica na estipulação legal dos prazos para que as partes produzam os atos de seu interesse. O próprio

dispositivo legal citado vai mais além ao dizer que o seguimento dos atos, uma vez configurada a revelia, se dará para todos os efeitos, inclusive para o julgamento pela irregularidade das contas, como se pode facilmente deduzir.

7. Nos processos do TCU, a revelia não leva à presunção de que seriam verdadeiras todas as imputações levantadas contra os responsáveis, diferentemente do que ocorre no processo civil, em que a revelia do réu opera a presunção da verdade dos fatos narrados pelo autor. Dessa forma, a avaliação da responsabilidade do agente não pode prescindir da prova existente no processo ou para ele carreada.

8. Ao não apresentar sua defesa, a responsável deixou de produzir prova da regular aplicação dos recursos sob sua responsabilidade, em afronta às normas que impõem aos gestores públicos a obrigação legal de, sempre que demandados pelos órgãos de controle, apresentar os documentos que demonstrem a correta utilização das verbas públicas, a exemplo do contido no art. 93 do Decreto-Lei 200/67: 'Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.'

9. Configurada sua revelia frente à citação deste Tribunal e inexistindo comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos, não resta alternativa senão dar seguimento ao processo proferindo julgamento sobre os elementos até aqui presentes, que conduzem à irregularidade das contas.

10. Portanto, deve ser imputado ao responsável Enésio Lima Milhomen (CPF 406.257.883-20) os débitos abaixo relacionados em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos do Termo de Compromisso TC/PAC 789/08, para a execução de sistema de abastecimento d'água em povoados do Município de Formosa da Serra Negra/MA, celebrado entre a municipalidade e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6/9/2010	100.000,00
6/9/2010	150.000,00
31/8/2011	50.000,00
31/8/2011	200.000,00

11. No tocante à aferição quanto à ocorrência de boa-fé na conduta dos responsáveis, conforme determina o § 2º do art. 202 do Regimento Interno do TCU, em se tratando de processo em que as partes interessadas não se manifestaram acerca das irregularidades imputadas, não há elementos para que se possa efetivamente reconhecê-la, podendo este Tribunal, desde logo, proferir o julgamento de mérito pela irregularidade das contas, nos termos do § 6º do mesmo artigo do normativo citado (Acórdãos 2.064/2011-TCU-1a Câmara, 6.182/2011-TCU-1a Câmara, 4.072/2010-TCU-1a Câmara, 1.189/2009-TCU-1a Câmara, 731/2008-TCU-Plenário, 1.917/2008-TCU-2a Câmara, 579/2007-TCU-Plenário, 3.305/2007-TCU-2a Câmara e 3.867/2007-TCU-1a Câmara).

CONCLUSÃO

12. Diante da revelia do Sr. Enésio Lima Milhomen e, inexistindo nos autos elementos que demonstrem sua boa-fé ou a ocorrência de outros excludentes de culpabilidade, suas contas devem, desde logo, ser julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do Regimento Interno/TCU, procedendo-se à sua condenação em débito, nos moldes dos artigos 1º, inciso I, e art. 16, inciso III, alínea 'a', 19, caput, e art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992. Outrossim, mostra-se bastante razoável aplicação de multa ao responsável, com base no artigo 57 da Lei n. 8.443, de 1992.

BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

13. Entre os benefícios de controle do exame desta tomada de contas especial pode-se mencionar débito e multa imputados e outros benefícios diretos e indiretos.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

14. Ante o exposto, submeto os autos à consideração superior, propondo:

14.1. considerar o Sr Enésio Lima Milhomen (CPF 406.257.883-20) revel, de acordo com o § 3º, inciso IV, do art. 12, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

15. julgar irregulares as suas contas, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e art. 16, inciso III, alínea ‘a’ da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, e art. 209, inciso II, e art. 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-lo em débito, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da **Fundação nacional da Saúde – Funasa/MS**, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, tendo em vista a omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos do Termo de Compromisso TC/PAC 789/08, para a execução de sistema de abastecimento d’água em povoados do Município de Formosa da Serra Negra/MA, celebrado entre a municipalidade e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS:

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
6/9/2010	100.000,00
6/9/2010	150.000,00
31/8/2011	50.000,00
31/8/2011	200.000,00

15.1 aplicar ao Sr. Enésio Lima Milhomen (CPF 406.257.883-20) a multa prevista nos arts. 19, caput, e art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

15.2 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

15.3 autorizar, caso solicitado, o parcelamento da dívida, na forma do art. 217 do Regimento Interno;

15.4 dar ciência ao responsável da decisão a ser proferida.”

É o relatório.